

MEMORIAL DO CONVENTO DE JOSÉ SARAMAGO E ANTÔNIO JOSÉ DA SILVA, O JUDEU: ENTRE HISTÓRIA E FICÇÃO UMA SÓ IDEOLOGIA: A PULVERIZAÇÃO DE OLHARES E VERDADES

Andréa Cristina de PAULA¹

Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
andracpaula@bol.com.br

Resumo: Este trabalho analisará o romance *Memorial do Convento*, de José Saramago, investigando os principais elos de interseção entre Literatura e História nesta obra, relacionando a esfera ideológica desse autor – que tende a refletir e questionar os problemas sociais portugueses – ao estilo crítico de Antônio José da Silva, o Judeu, o qual não economizou esforços ao denunciar a corrupção e as transgressões políticas, morais e religiosas, sobretudo dos principais representantes de Portugal do século XVIII, através de suas irreverentes peças teatrais.

Palavras-chave: Memorial do Convento; Metaficção historiográfica, O Judeu

De um lado tem-se José Saramago, romancista português contemporâneo que se destaca pela construção de romances que redimensionam os diferentes dados e elementos históricos, problematizando os fatos sociais e pulverizando os olhares, sobretudo para aspectos silenciados e/ou omitidos pela história; de outro, tem-se Antônio José da Silva, um dos maiores teatrólogos portugueses, depois de Gil Vicente, que se destaca pela elaboração de peças teatrais que convidam o seu público a refletir sobre temas sociais, políticos e religiosos do século XVIII, através do riso.

Saramago e Antônio José da Silva assumem uma postura de resistência aos costumes e ações praticados em Portugal no século XVIII e propõe reflexões sobre esse ambiente histórico, utilizando-se de gêneros literários distintos – o primeiro, o romance, e o segundo, a comédia – mas semelhantes quanto ao objetivo da sua escritura: possibilitar o surgimento de vozes que ainda não haviam tido oportunidades de emergir, como a voz dos excluídos.

Embora José Saramago e Antônio José da Silva se preocupem em refletir sobre a atual conjuntura de uma época, ambos não enunciam de um mesmo lugar, isto é, são sujeitos que tomam o mesmo objeto como referência (a sociedade portuguesa do século XVIII), mas com um distanciamento temporal diferente. Saramago é um escritor do século XX, já o Judeu, um comediógrafo do século XVIII, o que significa que enquanto o segundo busca, através de

¹ Possui graduação em Letras, é mestranda em Teoria Literária e desenvolve o projeto de pesquisa intitulado: “A religiosidade na voz de Pena Branca e Xavantinho”.

suas peças, criticar aspectos sociais e religiosos de sua época, o primeiro (re)visita o passado, com o olhar do presente, resultando numa visão amplificada e crítica dos fatos.

Percebe-se, dessa forma, que o romance de Saramago não busca retratar ou representar a sociedade tal qual é descrita pela história, como acontece no romance histórico tradicional, em que a história se apresenta “como processo, como condição prévia do momento presente” (ROCHA, 2007, p. 53), apontando, não raramente, para um futuro sólido e glorioso. No romance histórico tradicional, o narrador se coloca numa posição posterior àquilo que é narrado, ou seja, ele sempre fala de um tempo anterior, deixando emergir uma ideia de algo acabado, fechado, conclusivo.

Em *Memorial do Convento*, o que se observa é uma postura que transcende a construção de uma tradição, muitas vezes idealizada pelos historiadores, em que os fatos giram em torno daqueles que detêm o poder. Essa postura vem ao encontro de uma nova tendência de estudos a respeito da relação entre história e ficção, nomeada por Linda Hutcheon (1991) como metaficção historiográfica, em que há a problematização da história, com o intuito de desestabilizar os significados até então cristalizados por ela. Para Hutcheon, “a metaficção historiográfica demonstra que a ficção é historicamente condicionada e a história discursivamente estruturada”. (HUTCHEON, 1991, p. 158).

A história, que no século XIX havia reivindicado o estatuto de cientificismo, de objetividade, por fazer a síntese de acontecimentos por meio de usos de fontes primárias, que são os documentos, através das notas de rodapé, citação, ilustração, etc., é revista, sobretudo por Barthes (2004) e Hyden White (1992), os quais relativizam a verdade do texto histórico, criticando, pois, a historiografia.

No século XIX, portanto, a história via-se como fonte do real, mostrando-se algo irrefutável. Nesta época, o romance histórico tradicional ganha espaço. Entretanto, a partir do século XX, a história passa a ser revista, pois o que predominará é a retórica; a verdade parte da interpretação do historiador, e, sendo assim, nenhuma verdade existe, constatação essa que vai ao encontro do pensamento nietzscheano, quando diz que a verdade não é senão “a solidificação de antigas metáforas” (NIETZSCHE, apud BARTHES, 2002, p. 57).

Barthes levanta questões como a afirmação de que o texto histórico apresenta um discurso e sua organização, portanto, é subjetiva. Segundo Barthes, em seu texto *Aula*, “cada vez que um historiador desloca o saber histórico, no sentido mais largo do termo e qualquer que seja seu objeto, nele encontraremos simplesmente: uma escritura” (BARTHES, 1987, p. 21). O autor utiliza o termo “escritura” como sinônimo de literatura, deixando claro que essa está inserida no discurso do historiador e que, portanto, seu trabalho final (texto) não é

imparcial, mas o resultado de escolhas, combinação e posicionamentos sobre essas escolhas, e que sua pesquisa histórica resultará em uma narrativa em que prevalecerá a interpretação que se fará dos acontecimentos. Sobre isso Hyden White diz:

Os acontecimentos são convertidos em história pela supressão ou subordinação de alguns deles e pelo realce de outros, por caracterização, repetição do motivo, variação do tom e do ponto de vista, em suma, por todas as técnicas que normalmente se espera encontra na urdidura do enredo de um romance ou de uma peça (WHITE, apud RAMOS, 2008, p. 40).

Sendo assim, o signo da história deixa de se comprometer com o real, mas com o inteligível, com o construto, isto é, com aquilo que poderia ser ou aquilo que poderia ter sido. A história passa ser vista como um gênero textual, em que a ideologia move a construção do texto histórico, surgindo a seguinte questão: qual o discurso que faz melhor girar a roda da história? Hyden White fala da ideologia e da postura assumidas pelo historiador que implicarão na visão que se terá do passado, do presente e do futuro.

Alcides Freire Ramos, em sua obra *Canibalismo dos fracos*, faz algumas considerações importantes sobre a relação história e ficção. Segundo ele, embora ambas se assemelhem quanto à organização (em narração) que se dá de forma literária, a história se diferencia da literatura por desejar produzir um efeito de verdade, através dos relatos, das citações, ilustrações, etc:

Hoje em dia, sabemos que é um ‘truísmo’ afirmar que um texto escrito por um historiador, do ponto de vista narrativo, compartilha muitos elementos com os textos escritos por uma romancista. Roland Barthes, Hyden White, Michel Certeau e Peter Gay, cada um a seu modo, mostraram isso de maneira muito convincente. À luz de suas proposições é possível concluir que a escrita da história, como discurso, organiza-se sob a forma de uma narração literária, só que se diferencia desta na medida em que procura produzir um efeito de realidade/verdade por meio da citação de documentos (o que, em última análise, permite a verificabilidade) (RAMOS, 2002, p. 39).

Nesse sentido, Saramago, adotando um pensamento que ultrapassa os conceitos de romance histórico tradicional, propõe em *Memorial do Convento* uma reinterpretação da história a partir de pontos e aspectos específicos, resgatando o painel histórico de Portugal do século XVIII, durante o reinado de Dom João V. Segundo Rocha, “a metaficção historiográfica procura re-apresentar o passado (e não representá-lo) e isso é feito por meio da

ficcionalização paródica, irônica e, por vezes, satírica das personalidades e acontecimentos históricos” (ROCHA, 2007, p. 59).

Certamente um dos poderes mais representativos do século XVIII era o exercido pela Igreja, a qual, em nome da fé, buscava controlar o pensamento e comportamento das pessoas. Em *Memorial do Convento*, Saramago constrói uma narrativa que direciona o olhar do leitor para a ação da Igreja Católica em Portugal, posicionando-se contra suas atitudes muitas vezes ambiciosas, preconceituosas e anticlericais. Na referida obra de Saramago, é possível perceber, por exemplo, a troca de favores entre a Igreja e a Monarquia, quando Dom João V promete edificar um convento em Mafra a pedido de Frei Antônio, como prova de devoção, caso Deus abençoasse a rainha com uma gravidez.

Outro ponto são as constantes referências à Inquisição. Segundo Joaquim Veríssimo Serrão (1980), a introdução do Santo Ofício em Portugal teve como objetivo controlar a ação de pessoas que não acreditavam, pensavam ou se comportavam conforme os padrões e regras impostos pela Igreja Católica. Segundo Adriana Reis Brun, “os principais alvos do Santo Ofício eram os cristãos novos² da burguesia em ascensão e os letrados, que disputavam com o clero e com a nobreza a ocupação de cargos oficiais” (BRUN, 2006).

De acordo com essa autora, a Inquisição foi estabelecida em Portugal em 1536, terminando em 1821 e era motivo para que ela acontecesse práticas como de bruxaria e feitiçaria. Em *Memorial do Convento*, há várias passagens que fazem referência à Inquisição, como no início da narrativa em que, num auto de fé, Blimunda presencia a própria mãe prestes a ser condenada ao degredo. Além disso, tanto Blimunda, quanto Baltazar e o padre Bartolomeu, as três personagens principais da história, só fugiram porque se viram perseguidos pelo autoritarismo da Igreja Católica. Na passagem, a seguir, é possível perceber o medo sentido por Bartolomeu da ação do Santo Ofício se esse descobrisse a existência de sua máquina de voar:

(...) Padre Bartolomeu Lourenço, de que é que tem medo (...) Do Santo Ofício (...) voe agora a máquina e talvez que o Santo Ofício considere que há arte demoníaca nesse vôo (...) bem sabem que, querendo o Santo Ofício, são más todas as razões boas, e boas todas as razões más (SARAMAGO, 1999, p. 185).

² Hereges judaizantes que seguiam secretamente as leis mosaicas, mesmo depois de convertidos ao catolicismo, assim como fizeram os escravos quando foram trazidos da África para o Brasil: foram batizados na igreja católica, mas continuaram, de forma camuflada, a seguir os dogmas e religiosidade africanos.

Quando se faz referência à perseguição pela Igreja Católica, ou melhor, a “uma época em que a tesoura afiada da Inquisição cortava palavras e cabeças” (PEREIRA, 2008, p. 1), inevitavelmente vem à mente a história de Antônio José da Silva, popularmente conhecido como o Judeu. Esse comediógrafo nasceu no Rio de Janeiro em 1705 e, quando completou sete anos, mudou-se para Portugal, juntamente com seus pais e irmãos, “acusados de hereges judaizantes” (PEREIRA, 2001, p. 319). Escreveu ao todo oito peças, entre elas *Guerras do Alecrim e Manjerona* (1737), e nelas o autor não poupou esforços para criticar as injustiças, a corrupção, os casamentos por interesse e até mesmo a Inquisição, debochando do Santo Ofício. Nas palavras de Kênia Pereira:

Nessas peças, o riso é sempre garantido pela presença de bufões ou graciosos, espécie de bobos da corte, que animam o espetáculo com os seus trocadilhos e irreverentes quiproquós. Geralmente o alvo das críticas está endereçado aos principais representantes da sociedade lisboeta do século XVIII. O judeu, com sua língua ferina, não perdoava a justiça capenga e seus juízes corruptos; nem a medicina insipiente e seus médicos charlatães e nem mesmo os casamentos por interesses e suas fúteis e sonhadoras moças casamenteiras (PEREIRA, 2001, p. 320):

As considerações feitas pela autora podem ser verificadas na peça *Guerras do Alecrim e Manjerona*, de Antônio José da Silva, levada à cena em 1737. O tema dessa peça é leve na sua essência, com um enredo em torno das tentativas de dois jovens caça-dotes, Gil Vaz e Fuas, em aproximar-se de duas irmãs ricas, Clóris e Nise, utilizando, o primeiro, do seu criado, Semicúpio, o qual auxilia a entrada de seu patrão na casa das referidas moças, ocasião em que se apaixona por Sevadilha, criada de Clóris. Mesmo D. Lancelot, tio das meninas, tendo prometido a mão das moças a outros rapazes, ao final da trama, os desencontros amorosos entre os pares são resolvidos. *Guerras do Alecrim e Manjerona* pode ser considerada a obra de maior relevância de Antônio José da Silva, na qual o autor desenvolve uma reflexão à cerca dos mais variados aspectos da sociedade portuguesa do século XVIII, tais como a decadência de caráter de alguns membros da fidalguia e os casamentos por interesse. Sobre suas peças, Cafezeiro e Gadelha comentam:

A sua obra é plena de metáforas, apagamentos e desvios de sujeitos que marcam a pressão política sofrida pelo seu discurso. Tudo se encobre, cobre e disfarça na sua expressão, como quem tem sobre a cabeça uma perseguição desmesurada e infame. Daí a universalidade de seus temas, escondidos no manto da mitologia, da burla, da cultura popular (CAFEZEIRO e GADELHA, 1996, p. 80).

Como nas peças de o Judeu, em *Memorial do Convento*, são, sobretudo, as personagens de estatuto social privilegiado o alvo da crítica do narrador, que denuncia as injustiças sociais, a onipotência dos poderosos e a exploração do povo – evidenciada nas miseráveis condições de trabalho dos operários do convento de Mafra; ao mesmo tempo em que denota empatia face aos mais desfavorecidos, cujo esforço muitas vezes elogia e enaltece.

O Judeu, assim como Saramago, preocupou-se em propor uma reflexão crítica de uma sociedade marcada pela hipocrisia do clero que ignoravam constantemente o voto de castidade e por sua religiosidade vazia. Morreu em 1739, em Lisboa, queimado e estrangulado em praça pública, mas, antes de morrer, foi preso por diversas vezes, sendo torturado e ameaçado pela Igreja Católica. Entretanto, quando ganhava a liberdade, o sofrimento acarretado pelas prisões e tortura o incentivava a escrever “em estilo cada vez iconoclasta até ser apanhado novamente nas malhas dos autos de fé” (PEREIRA, 2001, p. 331).

Não é à toa que Saramago dedicou um espaço da última página de seu romance a Antônio José da Silva. Ele foi um dos onze “supliciados” queimados na fogueira do Santo Ofício: “De três sei eu, aquele além e aquela são pai e filha que vieram por culpas de judaísmo, o da ponta, é um que fazia comédias de bonifrates e se chamava Antônio José da Silva” (SARAMAGO, 1999, p. 347). A obra de Saramago inicia-se e termina com um auto de fé que, à luz da doutrina cristã, manipula, sobretudo, os mais fracos, os quais são, de igual modo, criticados ao longo de *Memorial do Convento*, por dançarem em volta das fogueiras onde se queimavam os condenados. Mas o Judeu não foi manipulado e figura na obra de Saramago como símbolo daquele que morreu lutando pelos seus ideais, isto é, como representante dos que foram submetidos à perseguição da Igreja por deter o saber e não se ver preso nas malhas da cegueira humana.

Percebe-se, portanto, a presença de personagens históricas, como o Judeu em *Memorial do Convento*, o que o aproxima de um romance histórico. Entretanto, esse romance segue uma tendência pós-moderna na qual a história é tomada como pretexto para tratar de temas e situações conducentes a valores intemporais, isto é, adaptáveis à época contemporânea, como a corrupção, a injustiça e a desigualdade social. A partir disso, o tempo presente, de acordo com Homi K. Bhabha:

Não pode mais ser encarado simplesmente como uma ruptura ou um vínculo com o passado e o futuro, não mais uma presença sincrônica: nossa autopresença mais imediata, nossa imagem pública, vem a ser revelada por

suas descontinuidades, suas desigualdades, sua minorias. Diferentemente da mão morta da história que conta as contas do tempo sequencial como um rosário, buscando estabelecer conexões seriais, causais (...) (BHABHA, 2005, p. 23).

Nesse sentido, o que se verifica em *Memorial do Convento* é o entrelaçamento entre história e ficção, e a referência-base para a construção desse romance tem como ponto de partida outros textos (literários e históricos), num processo intertextual capaz de reduzir a distância entre o passado e o presente, ao mesmo tempo em que “reescreve o passado dentro de um novo contexto” (HUTCHEON, 1991, p. 157), possibilitando, portanto, a pulverização e direcionamento dos olhares, principalmente no que diz respeito às atitudes do clero e da nobreza. Desse modo, Saramago não procurou representar o passado, mas rerepresentá-lo. E, mudando-se o modo de compreender o passado, muda-se o modo de compreender o presente. Saramago e Antônio José da Silva, utilizando-se da arte, propuseram uma reflexão profunda a respeito das deficiências sociais, políticas e religiosas do século XVIII. Cada um a seu tempo contribuiu para que esse momento histórico ganhasse um outro significado, talvez mais trágico, ou talvez mais cômico, mas indiscutivelmente crítico.

Referências

BARTHES, Roland. *Aula*. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1987, p. 7.

BARTHES, Roland. *O discurso da História*. In: *O Rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BARTHES, Roland. *O prazer do texto*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

BRUN, Adriana Reis. *Considerações sobre as críticas ao autoritarismo e poder da Igreja Católica presentes na obra Memorial do Convento, de José Saramago*. *Literatura e autoritarismo*, nº 8, 2006. Disponível em: http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/num08/art_05.php. Acesso em: 18/10/2011.

CAFEZEIRO, Edwaldo e GADELHA, Carmem. *História do teatro brasileiro: de Anchieta a Nelson Rodrigues*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

HUTCHEON, L. *Poética do pós-modernismo*. História, teoria e ficção. Trad. Ricardo Cruz. Rio de Janeiro: Imago, 1991.

PEREIRA, K. M. A. *O Prodígio de Amarante: uma irreverente comédia de Antônio José*. Athos Ethos, Patrocínio - MG, v. 1, p. 319-332, 2001.

PEREIRA, K. M. A. *Educação e literatura: o professor e o poeta Bento Teixeira entre a heresia e a censura*. Fênix – MG, v. 5, 2008. Disponível em: http://www.revistafenix.pro.br/PDF14/Artigo_3_Kenia_Maria_de_Almeida_Pereira.pdf. Acesso em: 13/10/201.

RAMOS, Alcides Freire Ramos. *Canibalismo dos fracos: Cinema e história do Brasil*. São Paulo. EDUSC, 2002.

RAMOS, Alcides Freire; PEIXOTO, Fernando; PATRIOTA, Rosangela (Orgs). *A História invade a cena*. São Paulo: Hucitec, 2008.

ROCHA, R. C. *Romance histórico. Novo romance histórico. metaficção historiográfica*. In: _____. *Da utopia ao ceticismo: a sátira na literatura brasileira contemporânea*, Tese (Doutorado em Estudos Literários). Universidade Estadual Paulista _ Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 207. p. 52-62.

SARAMAGO, José. *Memorial do Convento*. 24 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal: Volume III - O Século de Ouro*. 2 ed. Lisboa: Editorial Verbo, 1980.

WHITE, H. *Meta-história: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.